



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337  
Blumenau, v. 8, n. 4, p. 119-139, out./dez., 2012

doi:10.4270/ruc.2012434

Disponível em [www.furb.br/universocontabil](http://www.furb.br/universocontabil)



## **SUSTENTABILIDADE NOS PRINCIPAIS BANCOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE<sup>1</sup>**

**SUSTAINABILITY IN MAIN BRAZILIAN BANKS: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF GLOBAL REPORTING INITIATIVE**

**SOSTENIBILIDAD EN PRINCIPAL BANCOS DE BRASIL: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE GLOBAL REPORTING INITIATIVE**

**Elaine Petil Nogueira**

Graduação em Administração na  
Universidade Municipal de São Caetano do Sul  
Endereço: Rua Santo Antonio, 50  
CEP: 09521-160 – São Caetano do Sul/SP – Brasil  
E-mail: [e\\_pn@hotmail.com](mailto:e_pn@hotmail.com)  
Telefone: (11) 4239.3255

**Ana Cristina de Faria**

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP  
Professora do Programa de Pós Graduação em Administração da  
Universidade Municipal de São Caetano do Sul  
Endereço: Rua Santo Antonio, 50  
CEP: 09521-160 – São Caetano do Sul/SP – Brasil  
E-mail: [anacfaria@uol.com.br](mailto:anacfaria@uol.com.br)  
Telefone: (11) 4239.3354

### **RESUMO**

Este estudo objetiva identificar e analisar o nível de evidenciação dos indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative* (GRI) por parte dos maiores bancos brasileiros, no intuito de observar se estes estão comprometidos, efetivamente, com a sustentabilidade. Esta pesquisa exploratória classifica-se como documental, em função de utilizar-se dos relatórios de sustentabilidade de cinco bancos: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Citibank e HSBC. Apenas os indicadores essenciais da GRI foram contemplados, já que apresentam relevância para os *stakeholders*. As instituições financeiras foram submetidas a análise quanto ao Grau

<sup>1</sup> Artigo recebido em 27.11.2011. Revisado por pares em 13.02.2012. Reformulado em 20.08.2012. Recomendado para publicação em 21.08.2012 por Ilse Maria Beuren (Editora). Publicado em 31.12.2012. Organização responsável pelo periódico: FURB.

de Aderência Plena (GAPIE) e ao Grau de Evidenciação Efetiva (GEE) aos indicadores da GRI. Dos 49 indicadores analisados, constatou-se o seguinte desempenho: Santander: 84% dos indicadores apresentados, sendo 78% de aderência plena e o restante de aderência parcial; HSBC: 80% dos indicadores apresentados, sendo 62% de aderência plena, 21% de aderência parcial; Bradesco: 84% dos indicadores apresentados, sendo 51% de aderência plena e 15% parcial; Itaú Unibanco: 88% dos indicadores foram apresentados, com 44% de aderência plena, 9% aderência parcial; Citibank: 47% dos indicadores foram apresentados, sendo 61% de aderência plena, 13% aderência parcial. Os resultados obtidos contribuem para evidenciar que, apesar de a GRI ser uma organização não governamental, a aderência dos maiores bancos brasileiros aos seus métodos é grande, uma vez que nenhum deles apresentou classificação baixa, tanto nos resultados do GAPIE quanto do GEE. Isso denota que os bancos analisados estão comprometidos com as evidências socioambientais, que são importantes para o fornecimento de informações coesas aos seus *stakeholders*.

**Palavras-chave:** Bancos. *Global Reporting Initiative*. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

*This work aims to identify and analyze the level of disclosure of key indicators of the Global Reporting Initiative (GRI) of the largest banks, in order to verify whether they are engaged effectively with sustainability. This exploratory research can be classified as documentary, due to the use of reports of sustainability of five banks: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Citibank and HSBC. Only the key indicators of GRI were chosen, since they have relevance to the stakeholders. The financial institutions surveyed have undergone the analysis regarding the Degree of Full Compliance (DFC) and the Degree of Effective Disclosure (DED) to GRI indicators. Out of the 49 indicators analyzed, the following performance was observed: Santander: 84% of the presented indicators, being 78% of full compliance and the remaining of partial adherence; HSBC: 80% of the presented indicators, being 62% of full compliance, 21% of partial adherence; Bradesco: 84% of the presented indicator, being 51% of full compliance, 15% of partial adherence; Itaú Unibanco: 88% of the presented indicators, being 44% of full compliance, 9% of partial adherence; Citibank: 47 % of the presented indicators, being 61% of full compliance and 13% of partial adherence. The results contribute to indicate that, although GRI is a non- governmental organization, the adherence of the largest Brazilian banks to their methods is great, since none of them had a low score, both in DFC and DED. This indicates that the banks analyzed are committed to social-environmental evidences, which is necessary to provide cohesive information to its stakeholders.*

**Keywords:** Banks. *Global Reporting Initiative*. Sustainability.

## RESUMEN

*Este trabajo tiene como objetivo identificar y analizar el nivel de divulgación de los indicadores clave de la Global Reporting Initiative (GRI) por los bancos más grandes con el fin de ver si están comprometidos efectivamente con la sostenibilidad. Esta investigación exploratoria puede ser clasificada como documental, debido al uso de memorias de sostenibilidad de los cinco bancos: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Citibank y HSBC. Sólo los principales indicadores de la GRI fueron incluidos, ya que son relevantes para las partes interesadas. Las instituciones financieras fueron objeto de análisis en cuanto a grado de cumplimiento completo (GCC) y el grado de divulgación efectiva (GDE) a los indicadores del GRI. De los 49 indicadores analizados, encontramos el siguiente comportamiento:*

*Santander: 84% de los indicadores que se presentan, el 78% del pleno cumplimiento y la adherencia parcial restante; HSBC: el 80% de los indicadores presentados, el 62% de cumplimiento total, 21% parcial de la adhesión; Bradesco: el 84% de los indicadores presentados, de los cuales el 51% de la plena conformidad y el 15% parciales; Itaú Unibanco: 88% de los indicadores se presentaron con un 44% de cumplimiento total, 9% la adhesión parcial, Citibank: 47% de los indicadores se presentaron, el 61% de cumplimiento total, un 13% la adhesión parcial. Los resultados contribuyen a la evidencia de que, a pesar de la GRI es una organización no gubernamental, la adhesión de los bancos más grandes de sus métodos es grande, ya que ninguno de ellos tenía baja calificación, tanto de los resultados de la GDE y GCC. Esto indica que los bancos analizados se han comprometidos a la evidencia social y ambiental, que son de vital importancia para proporcionar información coherente a sus grupos de interés.*

**Palabras clave:** Bancos. Global Reporting Initiative. Sostenibilidad.

## 1 INTRODUÇÃO

Ano após ano, sendo frequentemente utilizada, a palavra sustentabilidade adentra no universo corporativo. Embora ainda considerada um assunto novo, a sustentabilidade passa a ser relacionada diretamente ao crescimento das organizações. Paralelamente, o impacto que cada empresa provoca na natureza, é cada vez mais observado, contextualizado e analisado, não só por entidades governamentais, mas também por organizações não-governamentais, pela sociedade como um todo e, principalmente pelo consumidor final de bens e serviços.

Diversos autores, tais como Hardi (1997); Paris e Kates (2003) e Becker (2004) consideram que a integração das dimensões econômica, social e ambiental, o chamado “*triple bottom line*”, favorece o *disclosure* (evidenciação) dos diversos tipos de informações socioambientais por parte das empresas, possibilitando a compreensão de tais informações por parte dos *stakeholders*. Com adequada evidenciação, estes estarão instrumentalizados para análise, acompanhamento e comparação da conduta da empresa. Surge, então, a necessidade de parâmetros, normas e procedimentos para identificar, registrar e evidenciar informações de natureza econômica e socioambiental (BENNETT; BOUMA; WOLTERS, 2002; HASSELDINE; SALAMA; TOMS, 2005; PATTEN; CHO, 2007).

Atualmente, não são apenas os indicadores econômico-financeiros que demonstram a saúde de uma organização, mas sim indicadores de caráter social e ambiental, que podem ser analisados no chamado Relatório de Sustentabilidade. Fundada em 1997, a *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização baseada no desenvolvimento sustentável que criou uma conceituada estrutura para relatório de resultados das organizações focando o tripé da sustentabilidade – as dimensões econômica, social e ambiental (TINOCO, 2010).

Conhecido como “Indicadores da GRI”, o modelo define os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar o seu desempenho econômico, ambiental e social, e é um dos mais utilizados em todo o mundo (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006). O foco deste trabalho não é tratar sobre a evidenciação das informações socioambientais de maneira genérica, mas sim abordar a evidenciação dos indicadores de sustentabilidade baseados nos padrões da GRI. As instituições financeiras, mais precisamente os bancos comerciais brasileiros, apresentam-se bastante competitivos e sólidos, diante da maximização de seus lucros com o menor risco possível. Foram escolhidos para esta pesquisa, uma vez que são instituições que financiam operações de outras empresas, podem administrar seu dinheiro e, também da maior parte da população nacional, e que, teoricamente, devem ser um modelo para a sociedade, face sua influência e posição econômica (CAMARGO, 2009),

Inclusive, com a preocupação de ser um modelo para a sociedade em mente, em

outubro de 2002, um encontro entre altos executivos foi promovido pelo *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial e o Banco ABN Amro para discutir experiências com investimentos de projetos que englobavam aspectos socioambientais na esfera de mercados emergentes, já que não há uma legislação rígida de proteção socioambiental. Em decorrência desse encontro surgiram os Princípios do Equador (EQUADOR-PRINCIPLES, 2006).

Em 2003, os dez maiores bancos, responsáveis por cerca de 30% do total de investimentos em financiamentos internacionais de projetos em todo o mundo (*ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank, Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestLB e Westpac*), criaram as regras dos Princípios do Equador em suas respectivas políticas de concessão de crédito (FEBRABAN, 2011).

Desde então, com o objetivo de garantir a sustentabilidade e a prevenção de acidentes de percurso que podem decorrer em crimes ambientais e até em inadimplências, os Princípios do Equador tornaram-se um referencial do segmento financeiro para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projetos. As instituições signatárias dos Princípios do Equador (*Equator Principles Financial Institutions - EPFIs*) adotaram os princípios na tentativa de gerir adequadamente suas políticas de concessão de crédito de projetos. Cabe mencionar que os princípios são aplicáveis ao financiamento de qualquer projeto com o custo de dez milhões de dólares ou mais.

Vale salientar que as *EPFIs* que aderem aos Princípios do Equador os têm como um referencial às suas políticas e práticas socioambientais. Sendo assim, como todo princípio, procedimento ou política interna, os Princípios do Equador não geram direitos ou obrigações para qualquer pessoa, seja ela pública ou privada. Por este motivo, a adoção aos Princípios do Equador é voluntária e independente, não sendo necessária à intervenção do *IFC* ou do Banco Mundial.

O Relatório de Sustentabilidade do Itaú Unibanco (2009), por exemplo, elenca os principais quesitos considerados pelos Princípios do Equador, sendo eles: proteção dos direitos humanos e da saúde pública e segurança da comunidade; proteção do patrimônio cultural e arqueológico; aquisição de terras e reassentamento involuntário; impactos em povos indígenas e em sua cultura, suas tradições e seus valores; prevenção da poluição e minimização de resíduos, controles de poluição e gestão de resíduos sólidos e químicos; gestão sustentável de recursos naturais e da biodiversidade; condições de trabalho e emprego.

A menção aos Princípios do Equador é relevante nesta abordagem, uma vez que indica uma prática sustentável nas instituições financeiras, em suas respectivas concessões de crédito. Os relatórios de sustentabilidade são indispensáveis ferramentas para a mensuração da evolução das empresas quanto à gestão das três dimensões da sustentabilidade. Os Princípios do Equador são constantemente abordados nos relatórios sustentáveis das instituições financeiras, e o foco deste trabalho está relacionado à evidenciação dos indicadores de sustentabilidade preconizados pela GRI.

Diante desse contexto, surge a questão de pesquisa deste trabalho: *Como os maiores bancos brasileiros que, de alguma forma adotaram os padrões da GRI na divulgação de seus resultados, estão evidenciando os indicadores essenciais da GRI para seus stakeholders?* Para responder a esta questão, este trabalho tem por objetivo identificar e analisar o nível de evidenciação dos indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative - GRI* por parte dos maiores bancos brasileiros, no intuito de observar se essas instituições financeiras estão comprometidas, efetivamente, com a sustentabilidade.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: a Introdução, abordando a contextualização, o problema e o objetivo da pesquisa. No tópico 2, a fundamentação teórica sobre sustentabilidade e suas dimensões, os indicadores de sustentabilidade, focalizando nos indicadores da GRI. No tópico 3 é detalhada a metodologia utilizada na pesquisa. Os

resultados da pesquisa documental desenvolvida serão apreciados no tópico 4. O tópico 5, por sua vez, apresenta as considerações finais, fornecendo aos leitores, também sugestões para futuras pesquisas.

## 2 PLATAFORMA TEÓRICA

Neste tópico, são discutidos teoricamente os seguintes assuntos: Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, sendo abordadas as dimensões da sustentabilidade e alguns Indicadores de Sustentabilidade, tais como *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e a *Global Reporting Initiative* (GRI) e seus indicadores essenciais, principal foco deste trabalho.

### 2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Constantemente utilizada nos dias atuais, a palavra sustentabilidade, normalmente, é relacionada ao meio ambiente, à natureza propriamente dita. De forma geral, engloba aspectos ambientais, sociais e econômicos. Em sua essência, nada mais é que a correlação integrada destes três itens em busca de um equilíbrio contínuo ao longo do tempo. Conforme a visão de Ribeiro (2006), a ganância por riqueza levou as empresas a explorar o máximo de recursos naturais com a visão de que esta ação reduziria custos e tornaria mais eficaz o resultado final da operação econômica. No entanto, Tinoco e Kraemer (2004) afirmam que com o longo do tempo, passou a ficar claro que tal prática não se mostrava sustentável, e passou a ser observada e desenvolvida a consciência de que os recursos naturais são esgotáveis, principalmente se utilizados de forma predatória.

Ferreira (2006) registra que em 1972, a ONU realizou na Suécia, na cidade de Estocolmo, a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente. Com repercussão internacional, esta Conferência é considerada um marco na conscientização da sociedade mundial sobre o meio ambiente. O termo desenvolvimento sustentável foi mencionado pela primeira vez no ano de 1987 em um documento produzido pela Comissão Brundtland conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Tal documento descrevia dois itens primordiais: o conceito de “necessidades”, essencialmente relacionado à sobrevivência dos pobres, as quais deveriam ser contempladas pelos compromissos de todos os países; e em segundo, a análise da limitação do meio ambiente, os estágios de desenvolvimento a serem atingidos pela tecnologia e pela organização social poderiam comprometer às necessidades das gerações presentes e futuras (UNCTAD, 2000).

Para Ribeiro (2006), o desenvolvimento sustentável pode ser considerado viável apenas com a ação conjunta de todos os países, sejam estes ricos ou pobres, uma vez que poluição, desmatamento, contaminação, entre outros problemas ambientais, não reconhecem limites, nem fronteiras. Tal abordagem levanta a questão do comportamento de cada empresa que, uma vez desigual e inconsequente, pode provocar resultados econômicos distintos.

Diante dos novos conceitos e em busca do desenvolvimento sustentável, as empresas passam a contemplar o equilíbrio correlacionado entre as três dimensões: a econômica, a social e a ambiental (o *triple bottom line*). A dimensão econômica prevê que as empresas sejam economicamente viáveis, ou seja, deve apresentar retorno do capital privado investido. Os aspectos sociais contemplam que as empresas devam proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus funcionários, respeitando a diversidade cultural existente na sociedade em que está inserida, incluindo oportunidades aos deficientes. Outro ponto que deve ser salientado é a participação ativa dos líderes empresariais nas atividades socioculturais das comunidades onde atuam suas unidades produtivas.

Em termos ambientais, Dias (2009) ressalta que as empresas devem prezar pela eficiência de seus processos, buscando o desenvolvimento de uma cultura organizacional,

adotando uma postura de responsabilidade socioambiental, com o objetivo de não poluir ou contaminar o meio ambiente, e ao mesmo tempo, estar inserida de forma ativa em atividades de respeito ao meio ambiente natural e social. Dessa forma, conclui-se que o mais relevante ponto de abordagem das três dimensões da sustentabilidade empresarial é o equilíbrio dinâmico necessário e permanente que devem existir entre as mesmas.

O Instituto Ethos (2007) reitera que há diversos tipos de relatórios que podem ser desenvolvidos para evidenciar informações de caráter socioambiental, além das econômicas, tradicionalmente divulgadas pelas empresas. Atualmente, a maioria das empresas de grande porte publica Relatórios de Sustentabilidade, que podem incluir Balanço Social, evidenciação de diversas informações socioambientais, e entre estas, Indicadores de Sustentabilidade, que são o foco deste trabalho.

## 2.2 Relatórios e Indicadores de Sustentabilidade

Com seu conceito aprimorado ao longo do tempo, Tinoco e Kraemer (2004) definem o Balanço Social, que pode ser considerado como o primeiro relatório de sustentabilidade implementado por empresas de grande porte, como uma ferramenta de gestão da informação que tem por objetivo registrar claramente informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, relacionadas ao desempenho das empresas, aos mais diferenciados *stakeholders*.

O Balanço Social pode ser definido como uma espécie de instrumento de administração de informações com o objetivo de evidenciar, “de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, na busca do desenvolvimento sustentável.” (TINOCO, 2010, p. 7). Diante da evolução do conceito e importância do Balanço Social, é possível compreender que seu conceito aproxima-se e funde-se cada vez mais com o Relatório de sustentabilidade. A *Global Reporting Initiative* (GRI) define o Relatório de Sustentabilidade como:

a prática de medir e divulgar o desempenho organizacional enquanto se trabalha rumo ao desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade fornece uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo contribuições positivas e negativas (GRI, 2006, p.41).

Algumas empresas podem denominá-lo: “relatório de sustentabilidade” ou “relatório socioambiental”. De acordo com os padrões da GRI (2006), deve-se utilizar o termo “relatório de sustentabilidade” para evidenciar informações econômicas e socioambientais. Dentre as informações que podem ser evidenciadas nesse relatório, podem-se citar os indicadores de sustentabilidade.

Tinoco e Kraemer (2004) esclarecem que a palavra, indicador deriva do latim *indicare* e significa salientar ou revelar. Para estes autores, os indicadores de desenvolvimento sustentável são indispensáveis para embasar as tomadas de decisões nos variados níveis hierárquicos de diversas áreas. Indicadores podem ser considerados como ferramentas oriundas de uma ou mais variáveis associadas por diversos meios que demonstram significados sobre fenômenos que se referem. Indispensáveis para orientar e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do desempenho do desenvolvimento sustentável, os indicadores de sustentabilidade devem ser encarados como uma forma de atingir e mensurar, efetivamente, o desenvolvimento sustentável da empresa (IBGE, 2010).

Em seu oitavo capítulo, a Agenda 21 aponta a necessidade de integração da sustentabilidade no planejamento estratégico e na tomada de decisão, propondo que haja monitoramento de ações por meio de indicadores, para que se possa acompanhar progressos ou retrocessos, utilizando tais informações na retroalimentação dos processos, buscando a

melhoria contínua (CNUMAD, 1996).

Na visão de Lourenço (2006), a utilização de indicadores para mensurar o desempenho econômico e social de um país, demonstra a importância desses instrumentos para o monitoramento da economia. Indicadores econômicos, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), a renda *per capita* e o nível de desemprego, por exemplo, são utilizados há muito tempo para avaliar a qualidade de vida e orientar as políticas públicas. Com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, foi criada a necessidade de adaptar esses indicadores ou criar novos, capazes de avaliar de forma integrada as três dimensões da sustentabilidade.

Nesse contexto, as empresas concedem cada vez mais atenção à mensuração da sustentabilidade, inclusive os bancos comerciais, foco deste trabalho, que a rigor, elaboram relatórios para comunicação com os *stakeholders*. Observa-se, de modo especial nas empresas de grande porte, a utilização de diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, tais como as definidas para a escolha de indicadores corporativos gerais, apresentados por Warhurst (2002); Krajnc e Glavic (2003); Labuschagne *et al.* (2005); Searcy *et al.* (2005); *International Institute for Sustainable Development - IISD* (2005) e a *Global Reporting Initiative* (GRI, 2006).

Para a GRI (2006), os indicadores de desempenho, para mensurar o desenvolvimento sustentável, necessitam de informações quantitativas e qualitativas que abordem ou mensurem resultados relacionados à empresa e que ainda sejam comparáveis e demonstrem alterações ao longo do tempo. Há diversos indicadores de sustentabilidade que estão institucionalizados no mundo e no Brasil.

O Instituto Ethos (2007) revela que um dos primeiros indicadores de sustentabilidade a surgir no mundo foi o *Sustainability Index*, lançado em 1999, pela *Dow Jones*, empresa americana dedicada às informações sobre negócios. O indicador funciona como uma ferramenta para investidores que buscam empresas ao mesmo tempo lucrativas e eficientes na integração dos fatores econômicos, ambientais e sociais nas estratégias de seus negócios.

Na visão de Ribeiro (2008), o *Dow Jones* é considerado um indicador de sustentabilidade utilizado para monitorar o desempenho das empresas líderes em um determinado segmento de atuação. Tem como objetivo fornecer uma avaliação da estratégia de sustentabilidade da empresa, bem como de seu gerenciamento de riscos e custos, e até mesmo de oportunidades, de forma integrada, seguindo a mesma metodologia de cálculo, revisão e publicação de seus índices.

Em seu site oficial, o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) declara que o objetivo do índice é reunir, para cada setor econômico, as empresas que se encontram nos primeiros 10% de classificação de um questionário que avalia os desempenhos: econômico, ambiental e social das empresas (DJSI, 2010). Na visão do DJSI (2010), os componentes são selecionados de acordo com uma sistemática de avaliação de sustentabilidade empresarial que identifica os líderes em cada setor econômico. Sequencialmente, as empresas são avaliadas quanto as evoluções identificadas, incluindo as estratégias da mudança climática, o consumo de energia, desenvolvimento de recursos humanos, conhecimento gestão, relações com os interessados e governança corporativa.

Em seu relatório de sustentabilidade, o Itaú Unibanco (2009) enfatiza que o *Dow Jones* foi o primeiro índice “a avaliar a *performance* financeira das empresas líderes em sustentabilidade em nível global”. Em 2009, pelo décimo ano consecutivo, o Itaú Unibanco (2009) integrou a relação de 317 empresas de 27 países que compõem o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), sendo a única instituição financeira da América Latina a participar do índice desde sua criação em 1999.

Analisando e verificando a tendência de vários instrumentos financeiros no mercado internacional, os quais podem ser definidos como “investimentos socialmente responsáveis”,

a BM&FBOVESPA, em conjunto com outras instituições criou um grupo composto pelas seguintes instituições: ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar; ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento; APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais; BM&FBOVESPA; IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; IFC - *International Finance Corporation*; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Ministério do Meio Ambiente.

O referido grupo criou, em 2005, o seu próprio indicador denominado ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, um índice de ações que funciona como um referencial para os investimentos socialmente responsáveis. A BM&FBOVESPA (2011) define o ISE como “um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial. Tais ações são selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA, em termos de liquidez, e são ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação”.

Conforme a BM&FBOVESPA (2011), o objetivo do ISE é “refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.” O grupo, conhecido como o Conselho do ISE, criou o Conselho Deliberativo presidido pela BM&FBOVESPA, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento, cálculo e gestão técnica do ISE.

O Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - CES-FGV desenvolveu um questionário para mensurar o desempenho das companhias emissoras das 150 ações mais negociadas da BM&FBOVESPA, tal questionário baseia-se no “*triple bottom line*”, além de três grupos de indicadores, também contemplados: a) critérios gerais (que questiona, por exemplo, a posição da empresa perante acordos globais e se a empresa publica balanços sociais); b) critérios de natureza do produto (que questiona, por exemplo, se o produto da empresa acarreta danos e riscos à saúde dos consumidores, entre outros); e c) critérios de governança corporativa (BM&FBOVESPA, 2011).

De fato, conforme mencionado anteriormente, além do *Dow Jones* e do ISE, há diversos tipos de indicadores, mas os mais utilizados em nível mundial são os da *Global Reporting Initiative* – GRI.

### **2.3 Global Reporting Initiative (GRI)**

Criada em 1997, a GRI é uma instituição *multistakeholder* que cujo objetivo é colaborar no desenvolvimento de normas globais de elaboração de relatórios de sustentabilidade (GRI, 2006). Buscando assegurar o mais elevado grau de qualidade técnica e credibilidade de seus métodos, a estrutura do relatório da GRI é criada, analisada e continuamente melhorada por meio do empenho *multistakeholder* que engloba a participação de instituições compostas por profissionais de diversas áreas, escolhidos globalmente, a partir de empresas, sociedade e institutos de pesquisas, ou seja, juntos desenvolvem e revisam o conteúdo da estrutura de relatórios.

A terceira versão do relatório ou quadro de indicadores foi publicada em 2006. De forma geral, e conforme pesquisado no sítio oficial da organização, elaborar um relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes da GRI envolve divulgar os resultados obtidos dentro de um período específico, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização. Entre outros propósitos, pode ser usado como:

- a) Padrão de referência (*benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;



- b) Demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável, e
- c) Comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo.

A GRI (2006, p.5) define indicadores de desempenho como sendo “Informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.” Considerando a importância da compilação dos dados que resultarão nos indicadores, de forma a assegurar a coerência de informações comparáveis, bem como a coerência na interpretação dos indicadores de desempenho de forma geral, a GRI (2006) ainda apresenta dois tipos de indicadores de desempenho: os essenciais e os adicionais. Considerados relevantes, os indicadores essenciais, foco deste trabalho, são aqueles identificados como de interesse da maioria dos *stakeholders*, enquanto os indicadores adicionais são utilizados para evidenciar práticas emergentes e abordam temas que podem ser importantes para apenas algumas empresas ou determinados segmentos.

Para a orientação da compilação de cada indicador, a GRI (2006) possui os protocolos dos indicadores, os quais fornecem definições, orientações e demais informações para auxílio das empresas relatoras. A finalidade dos protocolos é assegurar a coerência no desenvolvimento e interpretação de cada indicador de desempenho. Conforme a abordagem de Tinoco (2010), as informações no relatório de sustentabilidade nos padrões da GRI, devem contemplar temas e indicadores que demonstrem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da empresa ou que reflitam substancialmente as avaliações e decisões dos *stakeholders*.

O aspecto econômico da sustentabilidade engloba os impactos que a empresa exerce sobre as condições econômicas de seus *stakeholders*, incluindo sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Buscam ilustrar o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders*; os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo. Informações sobre a forma de gestão da empresa devem ser fornecidas por meio de um relato conciso acerca dos seguintes aspectos econômicos: desempenho econômico, presença no mercado, impactos econômicos indiretos etc. Sendo assim, devem-se utilizar indicadores específicos da organização (conforme necessário), além dos indicadores de desempenho da GRI, para demonstrar os resultados do desempenho em relação aos objetivos da empresa.

A política resumida da organização como um todo que defina seu compromisso global quanto aos aspectos econômicos ou indicação de onde essas informações podem ser encontradas no domínio público. Outras informações consideradas relevantes e necessárias para compreender o desempenho organizacional, também podem e devem ser abordadas, tais como: principais resultados atingidos e não atingidos; principais riscos e oportunidades organizacionais; principais mudanças de sistemas ou estruturas, visando a melhorar o desempenho; principais estratégias para a implantação de políticas ou obtenção de desempenho.

O desempenho ambiental da sustentabilidade refere-se aos impactos da empresa sobre sistemas naturais vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado a insumos (como material, energia, água) e a produção (emissões, efluentes, resíduos). Contemplam ainda, o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações relevantes, tais como gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços. Ao serem elaborados os indicadores ambientais, devem fornecer informações sobre a abordagem da gestão com referência aos seguintes aspectos ambientais: materiais; energia; água; biodiversidade; emissões, efluentes e resíduos; produtos e serviços; conformidade; transporte e geral.

Outros itens como objetivos gerais da empresa, visando ao desempenho relevante quanto aos aspectos ambientais, devem ser apontados por meio de indicadores específicos da

própria empresa, quando necessário, além dos indicadores da GRI. A política resumida da empresa que defina seu compromisso global com relação à questão ambiental ou indicação de onde essas informações podem ser encontradas no domínio público.

Informações importantes e necessárias para compreender o desempenho organizacional na esfera ambiental podem e devem ser abordadas, tais como: principais resultados ou metas atingidos e não atingidos; principais riscos e oportunidades organizacionais relacionadas a questões ambientais; principais mudanças, no período coberto pelo relatório, de sistemas ou estruturas, visando a melhorar o desempenho ambiental; principais estratégias e procedimentos para a implantação de políticas ou alcance de objetivos. Aparentemente específicos para determinados segmentos, muitos indicadores ambientais (essenciais) podem e devem ser utilizados pelas organizações, simplesmente por ser impossível qualquer entidade desenvolver suas atividades sem utilizar determinados recursos, como por exemplo, o consumo de energia (EN3) e o consumo de água (EN8).

A esfera social da sustentabilidade engloba os impactos da empresa nos sistemas sociais nos quais está inserida. Os indicadores da GRI envolvem aspectos de desempenho fundamentais referentes às práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Estes aspectos podem ser identificados como divisões da esfera social.

Os indicadores de desempenho referentes às práticas trabalhistas e direitos humanos envolvem aspectos baseados em normas internacionalmente reconhecidas, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), e seus protocolos; Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho; Declaração e Programa de Ação de Viena<sup>14</sup> (documento criado na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena, Áustria, em junho de 1993).

No que tange às práticas trabalhistas e trabalho decente, os indicadores de desempenho, ao fornecer informações sobre sua forma de gestão, deverão apresentar os seguintes pontos de referência para um relato conciso: emprego; relações entre os trabalhadores e a governança; saúde e segurança no trabalho; treinamento e educação; diversidade e igualdade de oportunidades. Os indicadores de desempenho referentes aos direitos humanos, ao fornecer informações sobre sua forma de gestão, deverão apresentar os seguintes pontos de referência: não-discriminação; liberdade de associação e acordo de negociação coletiva; abolição do trabalho infantil; prevenção de trabalho forçado e escravo; práticas de reclamações e queixas; práticas de segurança; direitos dos indígenas etc.

Os indicadores de desempenho relacionados à sociedade buscam mensurar os impactos que a empresa desencadeia na comunidade em que está inserida. Em especial, procuram identificar riscos de suborno e corrupção derivados de elaboração de políticas públicas e práticas de monopólio indevidas. Para tal, os indicadores relativos à sociedade focam aspectos como: comunidade; corrupção; políticas públicas; concorrência desleal; conformidade.

Focalizando-se na responsabilidade pelo produto, os indicadores de desempenho buscam mensurar os aspectos dos produtos e serviços da empresa quanto à forma em que afetam diretamente os clientes, a saber: saúde e segurança, informações e rotulagem, marketing e privacidade. Tais aspectos são abordados por meio da divulgação sobre procedimentos internos e o quanto eles não são seguidos. Para fornecer um relato consistente da gestão destes indicadores, contemplando aspectos relacionados à responsabilidade pelo produto, devem ser informados: saúde e segurança do cliente; rotulagem de produtos e serviços; comunicações de marketing; privacidade do cliente e conformidade.

Cabe mencionar que todas as políticas resumidas da empresa que definam o compromisso global da organização para com todos os aspectos sociais ou indicação de onde essas informações podem ser encontradas no domínio público. Procedimentos relativos a treinamento e conscientização sobre os aspectos sociais, de forma geral também podem e devem ser relatados pelas empresas, bem como procedimentos relativos a monitoramento e medidas corretivas e preventivas de todo o processo de gestão.

Finalmente, após a confecção do relatório de sustentabilidade, a empresa pode autodeclarar um nível para seu relatório. A GRI (2006) possibilita que a empresa relatora realize a sua própria avaliação face ao desempenho do conteúdo relatado. A GRI desenvolveu este sistema, denominado “níveis de aplicação GRI”, com a intenção de proporcionar aos *stakeholders* um padrão de identificação quanto ao nível de transparência da utilização das diretrizes GRI aplicadas em um determinado relatório. Para os relatores, este processo pode servir como um medidor ou mesmo uma referência para expandir o grau de aplicabilidade da estrutura GRI em seus relatórios.

O sistema de níveis de aplicação da GRI (2006b) fornece três níveis divididos em A, B e C, sendo que o seguinte critério deverá ser respeitado:

- a) Para atender a um nível C, em síntese, o relator deverá apresentar em sua estruturação do relatório um perfil organizacional, escopo e limite do relatório contendo o sumário de conteúdo da GRI e abordagem de governança corporativa. Atendendo a estas etapas, deverá responder, no mínimo, 10 indicadores de desempenho, sendo eles pelo menos um das áreas: econômica, ambiental e social;
- b) Para atender a um nível B, além dos itens estruturais abordados no nível C, a organização deverá relatar a forma de gestão para cada categoria de indicador. Para este nível, é necessário que a empresa responda no mínimo a 20 indicadores, sendo eles pelo menos cada um das seguintes áreas: econômica, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade e responsabilidade pelo produto, e
- c) Para atender a um nível A, além de todos os níveis estruturais abordados no nível B, a organização deverá responder os 49 indicadores essenciais ou respondendo ao indicador ou explicando o motivo de sua omissão.

Os níveis de aplicação da GRI (2006b), ainda possibilitam que a empresa apresente um ponto a mais em sua auto-avaliação (+). Isso poderá ocorrer se a empresa submeter-se à uma avaliação externa. Dessa forma, cada nível poderá apresentar-se da seguinte forma: C+, B+ e A+.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, os indicadores e estrutura de relatório de sustentabilidade da GRI foram utilizados como referência na mensuração da aderência das instituições financeiras analisadas. Inclusive a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, em 2010, lançou com o apoio técnico da GV/Ces, a Matriz de Indicadores do Protocolo Verde, com 11 indicadores e 56 questões, bem como adotou o Índice de Indicadores da GRI para seu próprio Relatório Anual (FEBRABAN, 2011).

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando que o tema Sustentabilidade pode ser classificado como relativamente novo, a pesquisa foi classificada, inicialmente, como exploratória. A abordagem foi predominantemente documental e qualitativa, em que se fez uma análise detalhada das características das situações apresentadas (RICHARDSON, 2009).

Em referências aos documentos utilizados para a coleta de dados, foi classificada como uma pesquisa bibliográfica, documental e *ex-post-fact*, visto que os dados primários derivaram de relatórios publicados em período antecedente ao presente estudo. A pesquisa documental, na visão de Gil (2008, p.52), apresenta as vantagens de que os “documentos constituem rica fonte de dados; como suscitam ao longo do tempo, torna-se a mais importante

fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica e; não exige contato com o sujeito da pesquisa”.

Tal como já comentado na Introdução deste trabalho, os bancos comerciais brasileiros foram escolhidos para esta pesquisa, já que desempenham função cada vez mais relevante no ambiente econômico nacional e global, diante da necessidade de recursos financeiros que a sociedade demanda (CLEMENTE; KÜHL, 2006). A pesquisa está direcionada aos dez melhores e maiores bancos comerciais que se utilizaram dos padrões da GRI para a evidenciação dos indicadores de sustentabilidade correspondentes ao exercício de 2009. O método de amostragem adotado na pesquisa foi o não probabilístico, e para a identificação dos maiores bancos, com base em lucro líquido, foi utilizada a divulgação da Revista Exame Melhores e Maiores – das 500 maiores empresas do Brasil (2010), tal como evidenciada na Tabela 1.

**Tabela 1 - Os Maiores Bancos em Lucro Líquido em 2009**

ORDEM	BANCO	CONTROLE ACIONÁRIO	LUCRO LÍQUIDO (em US\$ milhões)
1	Bradesco	Brasileiro	5.449
2	Banco do Brasil	Estatal	5.397
3	Itaú Unibanco	Brasileiro	4.951
4	Santander	Espanhol	2.558
5	Caixa	Estatal	1.490
6	Citibank	Americano	947
7	Safra	Brasileiro	503
8	HSBC	Inglês	476
9	Votorantim	Brasileiro	357
10	BTG Pactual	Brasileiro	303

Fonte: Revista Exame Melhores e Maiores (2010, p.348).

Como fonte para a coleta dos relatórios a serem analisados, o sítio oficial de cada instituição financeira foi considerado seguro. Dessa forma, algumas instituições não foram analisadas por não divulgarem seus relatórios de sustentabilidade em seus respectivos *sites* oficiais. São elas: Banco Safra, Banco Votorantim e Banco BTG Pactual. Ressalta-se que, destes foram localizados apenas os relatórios financeiros anuais, os quais não abordam os indicadores GRI, e tão pouco, apresentam um índice remissivo do relatório da referida instituição. O Banco do Brasil, apesar de publicar seu relatório de sustentabilidade do exercício de 2009, também não apresentou um índice remissivo da GRI ou qualquer menção aos padrões da entidade.

A Caixa Econômica Federal (2009) apresenta seu relatório de sustentabilidade em um formato interativo que demonstra o parecer de seus auditores independentes em conformidade para as diretrizes da GRI (G3). No entanto, foi descartado da amostra desta pesquisa por não demonstrar um índice remissivo dos indicadores GRI, conforme padrões estabelecidos neste trabalho. Por fim, cinco bancos foram considerados aptos para fazerem parte da amostra: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Citibank e HSBC. Todos estes bancos são aderentes à Matriz de Indicadores do Protocolo Verde, adotada pela FEBRABAN (2011).

Apenas os indicadores essenciais foram contemplados na referida pesquisa, uma vez que apresentam relevância e aplicabilidade para os *stakeholders*. Enfatiza-se que a qualidade e veracidade dos dados em análise não foram abordadas nesta pesquisa. Para análise da aderência e da evidenciação efetiva dos relatórios analisados, os indicadores essenciais foram elencados, com base nos estudos de Dias (2006), Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009), conforme Quadro 1.

CATEGORIA: APRESENTADOS		
CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	DEFINIÇÃO
ADERÊNCIA PLENA	APL	Quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização.
ADERÊNCIA PARCIAL	AP	Quando apenas parte dos dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização.
DÚBIO	D	Quando as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial.
INCONSISTENTE	I	Quando as informações fornecidas pela organização diferem daquelas requeridas no protocolo do indicador essencial da G3.
CATEGORIA: NÃO APRESENTADOS		
CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	DEFINIÇÃO
NÃO DISPONÍVEL	ND	Quando a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, porém esta ainda não tem condição de fornecê-la.
NÃO APLICÁVEL	NAP	Quando a organização reconhece que os dados requeridos não são pertinentes às suas atividades ou setor em que ele atua.
OMITIDO COM JUSTIFICATIVA	OJ	Quando a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3, por sua decisão, porém apresentando uma justificativa para tal omissão.
OMITIDO	O	Quando nada é comentado sobre o indicador, como se o mesmo não existisse.

**Quadro 1 – Base para Classificação das Informações**

Fonte: Adaptado de Dias (2006); Carvalho (2007); Castro, Siqueira e Macedo (2009, p. 9)

Vale ressaltar que a utilização dos indicadores essenciais foi averiguada nas páginas indicadas no respectivo sumário de cada relatório. Posteriormente, foram aplicados os cálculos do Grau de Aderência Plena, o GAPIE, e o Grau de Evidenciação Efetiva, o GEE, com base nos estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007). Suas respectivas fórmulas são demonstradas no Quadro 2.

<b>GAPIE =</b>	$\frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"} + \text{Total dos Indicadores "OJ"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Total dos Indicadores "NAP"}}$
<b>GEE =</b>	$\frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Total dos Indicadores "NAP"}}$

**Quadro 2 – Fórmulas do GAPIE e GEE**

Legenda: APL = Aderência Plena; OJ = Omitidos com Justificativas e NAP = Não Aplicáveis.

Fonte: Adaptado de Castro, Siqueira e Macedo (2009, p. 10).

Uma vez que as empresas afirmam utilizar os indicadores GRI, o GAPIE é utilizado para medir o quanto cada uma delas segue dos padrões especificados pela entidade, enquanto o GEE visa a demonstrar o nível de informação real evidenciado por cada empresa. Para o presente estudo, o GAPIE e o GEE foram aplicados em cada área dos indicadores de desempenho, ou seja, para a econômica, ambiental e social e finalmente uma aplicação geral para a elaboração de *rankings* para cada medidor, um para o GAPIE e um para o GEE.

Para análise e classificação dos indicadores de desempenho, seguindo a lógica do estudo desenvolvido por Castro, Siqueira e Macedo (2009), vale ressaltar: 1) para o medidor GAPIE, o total de respostas omitidas com justificativas foi somado ao total dos indicadores "APL", uma vez que a GRI permite essa opção; 2) o total dos indicadores "NAP" foram deduzidos do total dos indicadores essenciais na tentativa de não prejudicar uma organização por um indicador não aplicável à sua operação; 3) os indicadores "AP" não foram incluídos

no cálculo por apresentarem uma característica subjetiva aos padrões GRI; 4) o mesmo ocorreu com os indicadores “D” e “I”, uma vez que não apresentam a certeza de relatar a informação requerida pela GRI. Variando entre 0% e 100%, os resultados totais derivaram na seguinte classificação de aderência:

- a) aderência baixa – faixa entre 0% e 25%;
- b) aderência média – faixa entre 26% e 61%;
- c) aderência alta – faixa entre 62% e 100%.

Para atingir esta classificação, foram considerados como referências os critérios GRI para níveis de aplicação (C, B e A). Dessa forma, enquanto a GRI (2006b, p.2) classifica como “A” uma empresa que deve responder a 49 indicadores essenciais de um total de 79 indicadores de desempenho, ou seja, 62% de aderência, na classificação desenvolvida pela presente pesquisa; os resultados iguais ou superiores a 62% serão classificados como “aderência alta”. A GRI (2006b, p.2) determina que para uma classificação “B”, a organização deve responder a 20 indicadores do total de 79 indicadores de desempenho, o que resulta em uma aderência de 25%. Sendo assim, a presente pesquisa classificou como “aderência média”, os bancos que apresentaram um desempenho igual ou entre 26% e 61%. Por fim, os resultados iguais ou inferiores a 25% foram classificados como “aderência baixa”.

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Seguindo a metodologia de Castro, Siqueira e Macedo (2009), também utilizada por Nascimento *et al.* (2011), com a finalidade de facilitar a demonstração e análise dos dados, dois *rankings* totais foram elaborados e demonstrados nas Tabelas 1 e 2. O *ranking* do resultado do Grau de Aderência Plena - GAPIE é apresentado na Tabela 2, a seguir:

**Tabela 2 - Ranking do resultado do GAPIE dos bancos pesquisados**

Ordem	Banco	Controle Acionário	Grau de Aderência Plena (GAPIE)				Nível de Aderência
			Econômicos	Ambientais	Sociais	Total	
1º	Santander	Espanhol	50%	73%	80%	74%	Alto
2º	HSBC	Inglês	17%	62%	72%	64%	Alto
3º	Bradesco	Brasileiro	29%	20%	68%	50%	Médio
4º	Itaú	Brasileiro	29%	64%	40%	46%	Médio
5º	Unibanco						
	Citibank	Americano	14%	35%	28%	29%	Médio

Fonte: Dados da Pesquisa (2010).

Considerando a metodologia adotada para o presente estudo, é possível observar que, dos bancos da amostra, nenhum apresentou um grau baixo de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI, apesar do distanciamento entre o primeiro colocado (74%) para o último (29%). Resultado que se difere do estudo de Castro, Siqueira e Macedo (2009), em que nenhum grau alto de aderência plena foi identificado, registrando índices entre 57% e 6%. No trabalho desenvolvido por Nascimento *et al.* (2011), apenas Santander e Bradesco apresentaram um alto GAPIE, enquanto Itaú e Banco do Brasil (que não foi analisado nesta pesquisa) enquadraram-se no nível de classificação médio em relação aos indicadores essenciais da GRI.

Um item importante a ser comentado é o fato de os indicadores econômicos apresentarem o menor grau de aderência dentre os indicadores ambientais e sociais. Isto pode ocorrer devido aos bancos desenvolvem relatórios distintos para a publicação de sua situação econômica e financeira e subentendem que tais informações não são tão relevantes em um relatório de sustentabilidade. Outro ponto relevante a ser registrado é o fato de os indicadores econômicos terem sofrido o maior número de inclusão de indicadores novos na versão G3, o

que demanda tempo para adaptação às mudanças e efetiva elaboração dos relatórios de sustentabilidade. De forma geral, os resultados mostram que os indicadores da GRI são robustos e seus níveis de detalhamento difíceis de atingir, o que agrega valor ao método.

Analisando o desempenho dos três primeiros colocados, Santander, HSBC e Bradesco, nota-se o melhor desempenho nos indicadores sociais, em que nenhum indicador foi não apresentado sem as devidas justificativas, e apenas o Santander deixou de apresentar um indicador por ainda não possuir um controle adequado para tal. Cabe mencionar que este grupo de indicadores nos estudos de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009) apresentou o pior desempenho.

Basicamente, isso pode ser compreendido pelos seguintes pontos: 1) os indicadores referentes a direitos humanos e práticas trabalhistas englobam atividades e resultados de ações, que são fielmente monitorados pela forte representação do sindicato dos bancários que acompanha a categoria e não tolera qualquer forma de exploração de mão-de-obra ou discriminação; 2) os indicadores de desempenho social estão diretamente ligados a temas como corrupção e políticas públicas, as quais são acompanhadas e fiscalizadas diretamente pelo Banco Central do Brasil; 3) os indicadores referentes à responsabilidade pelo produto são favorecidos pelo segmento analisado, uma vez que os bancos atuam na área de prestação de serviços e seu monitoramento é vital para a própria gestão do negócio.

Adicionalmente, todos os bancos apresentaram bons resultados nos indicadores ambientais, salvo os bancos Bradesco e o Citibank. Tal categoria apresentou bom desempenho também nos estudos de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009). De forma geral, entende-se que isto ocorreu em função da complexidade da compilação destes indicadores. Para exemplificar, o Bradesco prejudicou-se nesta categoria por demonstrar cerca de 67% dos indicadores apresentados como inconsistentes. O *ranking* do resultado do Grau de Evidenciação Efetiva - GEE está evidenciado na Tabela 3:

**Tabela 3 - *Ranking* do resultado do GEE dos bancos pesquisados**

Ordem	Banco	Controle Acionário	Grau de Evidenciação Efetiva (GEE)			Total	Nível de Aderência
			Econômicos	Indicadores Ambientais	Sociais		
1º	Santander	Espanhol	50%	60%	80%	70%	Alto
2º	HSBC	Inglês	17%	46%	64%	55%	Alto
3º	Bradesco	Brasileiro	29%	20%	68%	50%	Médio
4º	Itaú	Brasileiro	29%	57%	36%	41%	Médio
5º	Unibanco						
	Citibank	Americano	14%	35%	28%	29%	Médio

Fonte: Dados da Pesquisa (2010).

Analisando o *ranking* do resultado do GEE, nota-se que, além dos bancos da amostra que se apresentaram nas mesmas colocações, ainda mantiveram-se os dois primeiros colocados com uma classificação alta e os três últimos com a classificação média. Ou seja, novamente, nenhum banco apresentou um grau baixo de evidenciação efetiva aos indicadores essenciais da GRI, apesar do distanciamento entre o primeiro colocado (70%) para o último (29%). A manutenção das empresas analisadas nas mesmas colocações, bem como a não alteração da classificação geral do nível de aderência, também foi observada no estudo de Castro, Siqueira e Macedo (2009), registrando índices entre 51% e 6%, bem como nenhum grau alto de evidenciação efetiva foi identificado. Nascimento *et al.* (2011) constataram em sua pesquisa que apenas Santander apresentou um alto GEE (73%).

Assim como observado no GAPIE, constatou-se nesta pesquisa que o melhor desempenho apresentado pelos bancos comerciais ocorreu primeiro nos indicadores sociais e, posteriormente, nos indicadores ambientais e econômicos. Lembrando que aqueles que não

apresentaram variação em seus valores e indicadores omitidos com justificativas, item considerado no cálculo do GAPIE e excluído do GEE, com a intenção de identificar, efetivamente, as informações relatadas pelos bancos aos seus *stakeholders*.

Novamente, os estudos de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009) demonstraram a manutenção do desempenho individual de cada grupo de indicador, destacando o melhor desempenho para os indicadores ambientais, seguidos dos econômicos e sociais. Comparando com o trabalho desenvolvido por Nascimento *et al* (2011), que foi realizado no mesmo segmento que este trabalho, apesar de este último ter analisado alguns bancos diferentes dos que foram analisados nesta pesquisa, tais como: Banco do Brasil e Itaú Holding Financeira, além de Santander e Bradesco, os resultados foram um pouco diferentes.

No trabalho de Nascimento *et al.* (2011), no que tange ao desempenho do GEE, assim como no GAPIE, a área econômica apresentou o pior desempenho, enquanto que o melhor desempenho obtido foi na área social, contrariando o estudo de Castro, Siqueira e Macedo (2009), para os quais os piores desempenhos eram na área social. Este trabalho está convergente com o resultado obtido na pesquisa de Castro, Siqueira e Macedo (2009).

De forma geral, esta pesquisa identificou que os bancos Itaú Unibanco, Santander e HSBC omitiram um único indicador sem justificativa. O Citibank foi o único banco que omitiu 26 indicadores sem justificativas, enquanto o Bradesco não omitiu nenhum indicador. O HSBC e Bradesco demonstraram um indicador como não disponível, enquanto o Santander apresentou dois destes. Isto indica que os bancos estão aprimorando-se constantemente para atender aos padrões da GRI.

Dos 49 indicadores essenciais analisados, os bancos apresentaram o seguinte desempenho:

- a) Santander: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 78% de aderência plena e o restante de aderência parcial;
- b) HSBC: 80% dos indicadores foram apresentados, sendo 62% de aderência plena, 21% de aderência parcial, 10% dúbio e o restante de inconsistente;
- c) Bradesco: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 51% de aderência plena, 15% aderência parcial, 7% dúbio e 27% inconsistente;
- d) Itaú Unibanco: 88% dos indicadores foram apresentados, sendo 44% de aderência plena, 9% aderência parcial, 12% dúbio e 35% inconsistente;
- e) Citibank: 47% dos indicadores foram apresentados, sendo 61% de aderência plena, 13% aderência parcial, 4% dúbio e 22% inconsistente.

Os resultados evidenciam que não é necessário apenas apresentar os indicadores, já que as informações referentes à compilação dos dados são de suma importância para o fornecimento de uma informação coesa aos *stakeholders*. Em outras palavras, confirmam a eficácia dos cálculos de GAPIE e GEE utilizados nesta pesquisa, além de reiterar que os indicadores da GRI apresentam níveis de detalhamento que agregam valor ao método, e por isso, são cada vez mais solicitados e compreendidos pelos *stakeholders*. Para o segmento analisado, fica claro que, apesar de a GRI ser uma organização não governamental, a aderência dos bancos comerciais do Brasil aos seus métodos é grande, uma vez que nenhum deles apresentou uma classificação baixa, tanto nos resultados do GAPIE quanto do GEE, o que denota que os bancos analisados estão comprometidos com a evidencição dos indicadores de sustentabilidade.

## 5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de relatórios de sustentabilidade dos maiores bancos comerciais brasileiros, que utilizam os padrões da GRI na divulgação de seus resultados. O principal objetivo foi identificar e analisar o nível de



evidenciação dos indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative* - GRI por parte dos maiores bancos brasileiros, no intuito de observar se essas instituições financeiras estão comprometidas, efetivamente, com a sustentabilidade.

Para tal, foi desenvolvida a contextualização sobre o conceito de sustentabilidade e suas dimensões ambiental, econômica e social. Foi abordada a importância da evidenciação das informações socioambientais das empresas com base nas dimensões da sustentabilidade e os indicadores e padrões da estrutura para relatórios de sustentabilidade desenvolvidos pela GRI.

No entanto, conforme pode ser constatado por meio da pesquisa realizada, os padrões da GRI são vistos como referência de mercado por serem desenvolvidos e continuamente melhorados por meio de uma ação *multistakeholder*, que envolve a participação de variadas instituições e profissionais de áreas diversificadas, escolhidos rigorosamente entre indivíduos que se destacam globalmente no ambiente empresarial, na sociedade e em institutos de pesquisa. Tal iniciativa por parte dos bancos comerciais brasileiros resulta em um trabalho capaz de atender às necessidades da sociedade como um todo, uma vez que não apresenta a predominância de uma única especialidade, seja esta contábil, jurídica ou social.

A pesquisa documental nas instituições financeiras foi desenvolvida, e posteriormente, foi realizado um trabalho de análise quanto à evidenciação dos indicadores essenciais de sustentabilidade da GRI pelos bancos comerciais da amostra, aplicando os cálculos de Grau de Aderência Plena (GAPIE) e o Grau de Evidenciação Efetiva (GEE) sobre os referidos indicadores.

Tanto no GAPIE quanto no GEE, os dois primeiros colocados: Santander e HSBC apresentaram uma classificação alta e os três subsequentes uma classificação média. Para ambos os indicadores, o melhor desempenho foi observado nos indicadores sociais e, posteriormente nos indicadores ambientais e econômicos. O fato de os indicadores econômicos apresentarem um desempenho inferior deve-se ao fato de terem sofrido o maior número de inclusões na versão G3 da GRI, além dos bancos possuírem publicações específicas para seus desempenhos econômicos e financeiros, seguindo, inclusive os Princípios do Equador, citados na Introdução deste trabalho, e evidenciando suas políticas e práticas socioambientais.

Dos 49 indicadores essenciais analisados, os bancos apresentaram o seguinte desempenho: a) Santander: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 78% de aderência plena e o restante de aderência parcial; b) HSBC: 80% dos indicadores foram apresentados, sendo 62% de aderência plena, 21% de aderência parcial, 10% dúvida e o restante de inconsistente; c) Bradesco: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 51% de aderência plena, 15% aderência parcial, 7% dúvida e 27% inconsistente; d) Itaú Unibanco: 88% dos indicadores foram apresentados, sendo 44% de aderência plena, 9% aderência parcial, 12% dúvida e 35% inconsistente; e) Citibank: 47% dos indicadores foram apresentados, sendo 61% de aderência plena, 13% aderência parcial, 4% dúvida e 22% inconsistente.

Na pesquisa de Nascimento *et al.* (2011), a análise revelou que, Santander e Bradesco apresentaram um alto GAPIE aos indicadores essenciais da GRI, enquanto Itaú e Banco do Brasil enquadraram-se no nível de classificação médio. Em relação ao GEE, apenas o Santander apresentou um alto nível, e o Bradesco foi o único que fez oito omissões com justificativa.

Analisando neste trabalho o desempenho dos três primeiros colocados, Santander, HSBC e Bradesco, nota-se o melhor desempenho nos indicadores sociais, em que nenhum indicador foi não apresentado sem as devidas justificativas, e apenas o Santander deixou de apresentar um indicador por ainda não possuir um controle adequado para tal. Cabe mencionar que este grupo de indicadores nos estudos de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009) apresentou o pior desempenho.

O trabalho chegou aos mesmos resultados de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009), que demonstraram que o fato de fazer parte de um mesmo setor econômico, não faz com que as empresas estejam em um nível semelhante de aderência aos indicadores do GRI. Comparando com o trabalho desenvolvido por Nascimento *et al* (2011), que foi realizado no mesmo segmento que este trabalho, no que tange ao desempenho do GEE, assim como no GAPIE, a área econômica apresentou o pior desempenho, enquanto que o melhor desempenho obtido foi na área social, contrariando o estudo de Castro, Siqueira e Macedo (2009), para os quais os piores desempenhos eram na área social. Este trabalho está convergente com o resultado obtido na pesquisa de Castro, Siqueira e Macedo (2009).

Os resultados obtidos responderam ao problema de pesquisa, uma vez que foi verificado como os bancos comerciais da amostra apresentaram seus graus de aderência plena (GAPIE) e os de evidenciação efetiva (GEE). Sendo assim, conclui-se que, embora ainda não apresentem um nível elevado em sua grande maioria, os bancos demonstram preocupar-se em evidenciar adequadamente aos seus *stakeholders* seus resultados econômicos, e esforços sociais e ambientais, por meio de indicadores de sustentabilidade, atendendo a uma tendência mundial, ou seja, demonstram essas informações conforme os padrões da GRI.

Na visão da FEBRABAN (2011), “a capilaridade e amplitude da rede bancária e sua presença junto à população é importante fator de disseminação de novas culturas e de educação financeira. O mercado, por si mesmo, não é capaz de alterar paradigmas dos modelos de negócios atuais”. Dessa maneira, pode-se considerar que o exemplo das práticas de gestão do segmento bancário poderá ser seguido por outros setores, já que este é relevante à economia dos países.

Considera-se que esta pesquisa tenha atingido seu objetivo e contribua para destacar alguns pontos relevantes para o comprometimento dos bancos comerciais brasileiros com seu desenvolvimento sustentável, que podem ser considerados por empresas de outros segmentos, descritos a seguir:

- a) Embora as empresas pesquisadas sejam do mesmo segmento, isso não significa que apresentarão o mesmo desempenho, em qualquer uma das dimensões da sustentabilidade;
- b) Apesar de a versão G3 dos indicadores GRI ser mais completa quando comparada a sua versão anterior, isso não resulta, obrigatoriamente, em uma maior aderência devido à necessidade de adaptação por parte dos elaboradores dos respectivos relatórios de sustentabilidade;
- c) Os bancos comerciais da amostra em análise apresentam um bom desempenho no segmento social por serem prestadores de serviço e suas respectivas imagens estarem diretamente ligadas à sociedade, uma vez que administram grande parte de seus recursos líquidos. Estes bancos necessitam de uma boa gestão para evitar corrupção, devido à sua atividade fim, além de manter bom relacionamento com a sociedade como um todo, e isso precisa ser monitorado, e
- d) Não importa quão complexa seja a elaboração dos indicadores essenciais da GRI, se o banco comercial realmente estiver comprometido com a sustentabilidade de seu negócio e possuir ferramentas de monitoramento de gestão para tal, a demonstração de indicadores de sustentabilidade nos padrões GRI será uma consequência deste trabalho.

Para futuras pesquisas, recomenda-se: a) que o mesmo método de apuração de GAPIE e GEE possa ser aplicado para outro segmento de serviço, com a intenção de confirmar se os indicadores sociais serão novamente destaque de desempenho entre os indicadores da GRI; b) aplicar o mesmo método para outro segmento para análise do comportamento de outras áreas, e c) desenvolver um trabalho detalhado com a evolução dos resultados de empresas que adotam o padrão G3 da GRI nos últimos três exercícios, com o objetivo de analisar a evolução

das informações divulgadas entre as empresas da amostra.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, J. Making sustainable development evaluations work. **Sustainable Development, Chichester**, v. 2, n. 4, p. 200-211, 2004. <http://dx.doi.org/10.1002/sd.236>
- BENNETT, M.; BOUMA, J.; WOLTERS, T. The development of environmental management accounting: general introduction and critical review. In: BENNETT, M.; BOUMA, J.; WOLTERS, T. (eds). **Environmental Management Accounting: Information and Institutional Development**. Kluwer Academic Publishers. p. 1-18, 2002. [http://dx.doi.org/10.1007/0-306-48022-0\\_1](http://dx.doi.org/10.1007/0-306-48022-0_1)
- BM&FBOVESPA. **Índice de sustentabilidade empresarial: ISE**. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoBoletimISE.aspx?eIdioma=pt-br>>. Acesso em: 14 de abril de 2011.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório de sustentabilidade - dezembro/ 2009 – exercício**. Disponível em <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/sustent2009.pdf>> Acesso em 26 de setembro de 2010.
- BRADESCO. **Relatório de sustentabilidade 2009**. Disponível em <<http://www.bancodoplaneta.com.br/site/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2010.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório de Sustentabilidade 2009**. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/popup/Generico/450x440\\_1.asp](http://www1.caixa.gov.br/popup/Generico/450x440_1.asp)>. Acesso em: 3 de outubro de 2010.
- CAMARGO, P. O. **A Evolução Recente do Setor Bancário no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2009.
- CARVALHO, F. M. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative* nos relatórios sociais em empresas latino-americanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da *Global Reporting Initiative*, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano. In: SIMPOI, 2009. **Anais...** São Paulo/SP, 2009.
- CLEMENTE, A.; KÜHL, M.R. Intermediação Financeira no Brasil: Influência da Taxa de Captação sobre a Taxa de Aplicação. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6., 2006. **Anais....** São Paulo, 2006.
- CNUMAD - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: **Agência 21**. Brasília: Senado Federal, 1996.
- DIAS, L. N. S. **Análise da utilização dos indicadores do *Global Reporting Initiative* nos relatórios sociais em empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2009.
- DJSI - DOW JONES SUSTAINABILITY INDEX. **Dow Jones Sustainability World Index**. Disponível em: <[http://www.sustainability-index.com/djsi\\_pdf/publications/Factsheets/SAM\\_IndexesMonthly\\_DJSIWorld.pdf](http://www.sustainability-index.com/djsi_pdf/publications/Factsheets/SAM_IndexesMonthly_DJSIWorld.pdf)> Acesso em 20 de dezembro de 2010.
- EQUADOR-PRINCIPLES. **Os “Princípios do Equador”**. Um referencial do setor financeiro

para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projetos. 2006. Disponível em: <[http://www.equator-principles.com/documents/ep\\_translations/EP\\_Portuguese.pdf](http://www.equator-principles.com/documents/ep_translations/EP_Portuguese.pdf)> Acesso em: 09 de setembro de 2010.

EXAME Especial. **Melhores e Maiores**: As 1000 maiores empresas do Brasil. São Paulo: Abril, 2010.

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos. **Bancos e Desenvolvimento Sustentável**. Julho de 2011. Disponível em: <[http://www.febraban.org.br/p5a\\_52gt34++5cv8\\_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/Bancos%20e%20Desenvolvimento%20Sustent%20avel%20-%20julho%202011.pdf](http://www.febraban.org.br/p5a_52gt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/Bancos%20e%20Desenvolvimento%20Sustent%20avel%20-%20julho%202011.pdf)>. Acesso em: 06 de Agosto de 2012.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. 2006. Disponível em <[http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2725/G3\\_POBR\\_RG\\_Final\\_with\\_cover.pdf](http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2725/G3_POBR_RG_Final_with_cover.pdf)> Acesso em: 19 de outubro de 2010.

GRI - Global Reporting Initiative. **Níveis de aplicação da GRI**. 2006b. Disponível em <[http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5273/AL\\_G3\\_Portuguese\\_BR.pdf](http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5273/AL_G3_Portuguese_BR.pdf)> Acesso em 19 de outubro de 2010.

HARDI, P. **Assessing sustainable development**: principles in practice. Winnipeg: Canadian Cataloguing in Publication Data, 1997.

HASSELDINE, J; SALAMA, A; TOMS, J. Quantity versus quality: the impact of environment disclosures on the reputation of UK Plcs. **The British Accounting Review**, v. 37, n. 2, p. 231-248. 2005. <http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2004.10.003>

HSBC. **Relatório de sustentabilidade 2009**. Disponível em <[http://www.hsbc.com.br/1/2/campanhas/relatorio-de-sustentabilidade-2009?WT.ac=HBBR\\_SHSDP\\_20100906](http://www.hsbc.com.br/1/2/campanhas/relatorio-de-sustentabilidade-2009?WT.ac=HBBR_SHSDP_20100906)>. Acesso em 03 de outubro de 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**: Brasil 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>> Acesso em 12 de dezembro de 2010.

IISD - International Institute for Sustainable Development. **Sustainable development indicators**. 2005. Disponível em: <[http://www.iisd.org/pdf/2005/measure\\_indicators\\_sd\\_way\\_forward.pdf](http://www.iisd.org/pdf/2005/measure_indicators_sd_way_forward.pdf)>. Acesso em 05 de Julho de 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007**. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/Guia\\_Balanco2007\\_PORTUGUES.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/Guia_Balanco2007_PORTUGUES.pdf)> Acesso em: 24 de novembro de 2010.

ITAÚ UNIBANCO. **Relatório anual de sustentabilidade 2009**. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/>>. Acesso em 26 de setembro de 2010.

KRAJNC, D.; GLAVIC, P. Indicators of sustainable production. **Clean Technology Environment Policy**, n. 5, p. 279–288, 2003. <http://dx.doi.org/10.1007/s10098-003-0221-z>

LABUSCHAGNE, C. *et. al.* Assessing the sustainability performance of industries. **Journal**

**of Cleaner Production**, v. 13, n. 4, p. 373–385, march 2005.  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2003.10.007>

LOURENÇO, M. S. Questões Técnicas na Elaboração de Indicadores de Sustentabilidade. In: Seminário UNIFAE de Sustentabilidade, 1., 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNIFAE Centro Universitário, 2006.

MONEVA, J. M.; ARCHEL, P.; CORREA, C. GRI and the Camouflaging of Corporate Unsustainability. In: Accounting Forum, Florida, 2006. **Proceedings...** 2006

NASCIMENTO, V. M.; PEREIRA, V.L.D.V.; SILVA, S.L.; VAN BELLEN, H.M. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Versão GR3, do GRI, dos Relatórios das Empresas do Setor Bancário Brasileiro. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11., 2011. **Anais....** São Paulo, 2011.

PARIS, T. M; KATES, R. W. Characterizing and measuring sustainable development. **Annual Review of Environmental Resources**, v. 28, p. 559-586, 2003.  
<http://dx.doi.org/10.1146/annurev.energy.28.050302.105551>

PATTEN ,D.; CHO, C. The Role of Environmental Disclosures as Tools of Legitimacy: a Research Note. **Accounting, Organizations and Society**, v.32. p. 639-647, 2007.  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, P. C. T. M. **Relatório de sustentabilidade nos padrões GRI em organizações não empresariais: aplicação na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). COPPE/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3a. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTANDER. **Relatório Anual 2009**. Disponível em: <[http://www.ri.santander.com.br/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=230&conta=28#](http://www.ri.santander.com.br/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=230&conta=28#)> Acesso em 26 de setembro de 2010.

SEARCY, C. *et. al.* Designing sustainable development indicators: analysis for a case study. **Measuring Business Excellence**, v. 9, n. 2, p.33–41, june 2005.  
<http://dx.doi.org/10.1108/13683040510602867>

TINOCO, J. E. P. **Balanco social e relatório de sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Integrating environmental and financial performance at the enterprise level: a methodology for standardizing eco-efficiency indicators**. Geneva: United Nations, 2000.

WARHURST, A. **Sustainability indicators and sustainability performance management**. Warnick: University of Warwick, 2002.